

Patrimônio industrial como tema de pesquisa

Industrial heritage as a research subject

Cristina Meneguello
Unicamp
cmeneguello@gmail.com

Resumo: Reflexão sobre os diferentes campos de investigação que se abrem hoje ao pesquisador brasileiro em patrimônio industrial, incluindo a questão dos processos coletivos e individuais da memória associada ao trabalho (inclusive imaterial), os acervos e o estudo dos bens edificados associados à indústria.

Palavras-chave: patrimônio industrial; acervos; memória do trabalho

Abstract: Analysis of the different research possibilities opened to the Brazilian researches on industrial heritage, including the collective and individual memory processes related to labour (also intangible heritage), the archives and edifications related to industry.

Keywords: industrial heritage; collections; working memory

O patrimônio industrial¹ está definitivamente inscrito como um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana. Ainda que não seja possível esgotar todo o conhecimento adquirido sobre patrimônio industrial, tanto no exterior quanto no Brasil, é possível hoje entendê-lo como um campo de investigação claro e específico capaz de gerar para novas pesquisas dentro do tema.

Em primeiro lugar, é importante considerar a dimensão da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores, incluso o conhecimento de técnicas e rotinas de produção, de organização e de sociabilidade, dentro e fora do espaço de produção. A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas), também em veloz processo de desaparecimento. Essa dimensão do passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muitas

¹ Este texto é uma nova reflexão derivada de um trabalho atualmente no prelo junto à Editora da Universidade Estadual de Londrina, intitulado *Polifonias do Patrimônio*.

vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico trazendo, desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil.

A segunda linha de argumento remete-se aos acervos ligados ao patrimônio industrial, sejam os documentais, sejam os que incluem maquinário, ferramentas, peças de reposição, instrumentos de precisão, manuais e revistas técnicas especializadas, estendendo-se até acervos artísticos que representam a atividade industrial a partir de fins do século XIX (quadros sobre a presença da indústria nos arrabaldes das cidades ou vitrais e painéis presentes nos próprios edifícios fabris de administração). Estes acervos são de difícil guarda e manutenção, ainda mais quando se referem a conjuntos que deram origem a outras atividades, fundiram-se ou, mais comumente, desapareceram. Ao mesmo tempo, estes acervos definidos pela cultura material constituem uma documentação pujante sobre a memória industrial. Ainda que alguns destes acervos encontrem-se hoje organizados, em arquivos públicos ou em arquivos pertencentes às próprias empresas, uma grande parte é descartada ou encontra-se em péssimo estado de conservação.

Por fim, a terceira linha aqui sugerida remete-nos à dimensão arquitetural, dos bens edificados como a prova mais evidente e sensória da importância da indústria em dados períodos históricos. O desmantelamento de edifícios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações, seja pela falta de critérios de valorização por parte dos órgãos oficiais de preservação - que ainda relutam em conceder valores indiscutíveis a esse tipo de bem - seja pela força da especulação imobiliária que centra sua atenção nas rentáveis áreas hoje centrais que esses bens ocupam, fazem do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala. A dimensão dos bens ou conjuntos de bens industriais construídos, muitos mal conservados, outros em estado de ruína, e outros tantos sofrendo discutíveis intervenções, nos obrigam a pensar sobre como incluir as preocupações com o patrimônio industrial dentro de políticas de requalificação urbana. Estes bens relacionam-se entre si em complexas redes interligadas (como as ferrovias e todos os bens a elas associados) e sua salvaguarda isolada é insuficiente para a compreensão da rede de recebimento de matéria-prima, produção e escoamento que definem a atividade industrial. Pensar nos edifícios industriais, sobretudo, implica em pensar sobre como realizar as escolhas dos exemplares a serem protegidos antes que as reconversões ou, nos piores casos, as demolições, descaracterizem definitivamente sua contribuição para a memória e para a

cidade.²

Quando em julho de 2003, na cidade de Nizhny Tagil, Rússia, foi firmada a Carta Patrimonial voltada exclusivamente para a preservação do patrimônio industrial, culminava-se um longo processo de percepção da necessidade de avaliar e proteger os vestígios da indústria, processo esse que contara, desde os meados do século XX, com a atuação apaixonada de profissionais e amadores, ligados à arqueologia industrial, à história e arquitetura, à engenharia e a planejamento urbano, dentre tantos outros. A Conferência de 2003 do TICCIH, (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, órgão fundado em 1978 e principal organismo internacional de preservação do patrimônio industrial) ao firmar a Carta, estabelecia a importância fundamental de todos os edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais, os processos e as ferramentas utilizados e a paisagem em que se inscrevem. A Carta defende que estas manifestações, tangíveis e intangíveis, devem ser estudadas, sua história ensinada e sua finalidade e significado conhecidos.³ Nos países de industrialização longa, como a Inglaterra, o início deste longo processo que incluía a sensibilização pública e das autoridades para a importância do patrimônio industrial coincidiu com os variados processos de desindustrialização e obsolescência das estruturas fabris. Em 1964, a Carta de Veneza incluiu o patrimônio industrial em suas considerações, timidamente mencionando que as marcas dos ofícios comuns poderiam vir a ganhar significado ao longo do tempo. Em 1975 o European Council adotou a *Recommendation relative à l'archeologie industrielle* e, em 1978, uma mina de sal em Wieliczka, Polônia, foi considerada pela UNESCO o primeiro patrimônio industrial mundial – mesmo ano em que, como mencionado, o International Committee for the Conservation of

² Não utilizo aqui a expressão “arqueologia industrial”, mesmo reconhecendo a importância dos estudos em arqueologia industrial que, em meados do século XX, inauguraram o campo do patrimônio industrial ao realizar os pioneiros levantamentos de estruturas, equipamentos e ofícios, encabeçando os estudos e levantamentos realizados em países europeus. Não raro os inventários em patrimônio industrial originaram-se pela atuação das associações dos arqueólogos industriais ou de levantamentos feitos por historiadores “amadores”. Autores como Beatriz Kuhl entendem a arqueologia industrial como ligada às mais diversas áreas de especialidade resultando num esforço multidisciplinar de realização de inventários, entrevistas, pesquisas histórico-documentais e iconográficas, de análise de artefatos, de edifícios e de conjuntos arquitetônicos (2008, p. 47 et seq.). Opto nesse texto pela utilização da expressão patrimônio industrial, mais corrente no Brasil, em detrimento de arqueologia industrial. A segunda expressão prossegue tendo extrema aceitação no exterior, onde os inventários dos “arqueólogos industriais” culminam nos estabelecimentos de rotas de patrimônio industrial e de museus de técnica e tecnologia, como acontece por exemplo na Cataluña (Espanha), Reino Unido, Países Baixos e Itália.

³ Carta de Nizhny Tagil, 17 de julho de 2003. Revista Ócolum Ensaios, 2005, tradução de Cristina Meneguello. A tradução para o português preparada pelo arqueólogo industrial José Manuel Lopes Cordeiro, da Universidade do Minho, Portugal, pode ser lida na página da Comitê Brasileiro pela Preservação do Patrimônio Industrial, em www.patrimonioidustrial.org.br

the Industrial Heritage (TICCIH) foi criado ⁴.

A Grã-Bretanha foi assim o primeiro país a encarar a necessidade de se proceder ao inventário do patrimônio industrial, criando em 1962 o "Industrial Monuments Survey" – dirigido, inicialmente, por Rex Wailes. As fichas de registro então criadas e o enorme volume de informação resultante deste trabalho (cerca de 30.000 fichas obtidas num período de dois anos) levaram à constituição, em 1963, do "National Record of Industrial Monuments (NRIM)". A partir de 1965 o trabalho de inventário passou para a responsabilidade de R. A. Buchanan, no Centre for the Study of the History of Technology, sendo transferido em 1981 para a Royal Commission on Historical Monuments of England, e a partir de então integrado nas atividades desta instituição. Livros e revistas sobre o tema seguiram o processo, dentre os quais a grande referência para o tema, o *The Journal of Industrial Archaeology*, iniciado em 1964⁵. Questões práticas e teóricas presentes nesse processo estimularam a criação de

⁴ Segundo a análise da Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial (APPI), dentre os bens listados pela Unesco como patrimônio mundial (689 bens culturais, 176 bens naturais e 25 bens mistos), 44 podem ser reconhecidos como patrimônio industrial. São eles, seguidos da data de listagem como patrimônio mundial: Na Alemanha: Minas de Rammelsberg e Cidade Histórica de Goslar (1992), Complexo Siderúrgico de Völklingen (1994), Bauhaus em Weimar e Dessau (1996) e Complexo Industrial da Mina de Carvão de Zollverein em Essen (2001); na Áustria, Paisagem Cultural de Hallstatt-Dachstein, Salzkammergut (1997) e Linha do Caminho de Ferro de Semmering (1998); na Bélgica, Quatro Elevadores do Canal du Centre, La Louvière e Le Roeulx em Hainault (1998) e Complexo Museológico, Oficinas e Casa de Plantin-Moretus (2005); na Eslováquia (1993), a cidade histórica de Banská Štiavnica e os monumentos técnicos de seu entorno; na Espanha, Las Medulas (uma antiga exploração romana de ouro a céu aberto, 1997), a ponte suspensa de Vizcaya (2006); na Finlândia, a fábrica de madeira e de papelão de Verla (1996); na França, as Salinas Reais de Arc-et-Senans (1982), o Canal do Midi (1996) e a cidade de Le Havre, reconstruída por Auguste Perret (2005); na Itália, o complexo têxtil e operário de Crespi d'Adda próximo a Bergamo (1995); nos Países Baixos, a Rede de Moinhos de Kinderdijk-Elshout (1997) e a estação elevatória a vapor D.F. Woudagemall (1998); na Polónia, como mencionado, o primeiro bem tombado como industrial, as Minas de Sal de Wieliczka (1978) e também o Salão do Centenário em Wroclaw (2006); em Portugal, o Centro Histórico do Porto (1996) e a Região Vitivinícola do Alto Douro (2001); no Reino Unido, Ironbridge (1986), o "industrial landscape" de Blaenavon (2000), as Fábricas Têxteis do Vale de Derwent (2001), as cidade operárias de New Lanark (2001) e Saltaire (também 2001), a cidade portuária de Liverpool (2004) e a paisagem mineira da Cornualha e de Devon; na Noruega, a cidade mineira de Røros (1980); na Suécia, a Fábrica Metalúrgica de Engelsberg (1993), a região mineira da montanha de cobre de Falun (2001), a Estação de Rádio de Varberg (2004) e o arco geodésico de Struve (2005). A Índia tem um exemplar isolado, a ferrovia himalaia de Darjeeling (1999). Nas Américas, a listagem dos bens industriais incluiu o México, com a Cidade Histórica de Guanajuato e suas minas adjacentes (1988), o Centro Histórico de Zacatecas (1993), a paisagem de Agave e as instalações industriais de Tequila (2006); na Bolívia, a cidade mineira de Potosi (1987); no Brasil, a cidade histórica de Ouro Preto (1980) e o centro histórico da cidade de Goiás (2001), ambos reconhecidos pela atividade da mineração; no Chile, as fábricas de nitrato de Humberstone e Santa Laura (2005) e a cidade mineira de Sewell (2006); e em Cuba, a região de Trinidad e o Vale dos Engenhos (1988). Cf. o site da APPI, <http://www.museudaindustriatextil.org/appi/patrimonio-humanidade>. A listagem da UNESCO, referente exclusivamente ao patrimônio mundial, deve ser lida com critério e desconfiança, pois em muitos dos países mencionados há intensa preservação em nível nacional (o caso da Grã-Bretanha, França, Espanha e os países baixos e escandinavos). Do mesmo modo, os exemplares "mundiais" brasileiros encontram-se em sofrível estado de conservação.

⁵ Uma história dos enfoques sobre o tema poderia ser contada a partir dos periódicos estrangeiros que sistematicamente publicaram sobre vestígios industriais. Dentre os periódicos internacionais, destaque-se a Revista Arqueologia Industrial (Portugal), fundada em 1987 e ligada à Associação Portuguesa de Arqueologia

inventários que ainda são referência para outros países⁶.

Um último aspecto a ser salientado é de que, nos últimos anos, diversos autores têm chamado a atenção para o fato de uma grande parte dos trabalhos realizados na Europa durante as décadas de 1960 e 1970 privilegiaram aspectos descritivos em detrimento dos analíticos, consistindo principalmente no inventário de sítios industriais, assim como na descrição dos diferentes aspectos do patrimônio industrial, sejam equipamentos, máquinas ou edifícios. É fácil compreender que a ênfase então colocada nestes aspectos correspondeu a uma fase de estabelecimento da disciplina, não obstante já nessa época alguns sublinharem a necessidade de que a arqueologia industrial não podia "*coincidir com a história das técnicas, das tipologias arquitetônicas e das classificações dos objetos, já que assim não faria outra coisa do que percorrer o caminho obscuro do antiquariado e do colecionismo. O que se deve estudar não são as coisas, mas sim homens e relações sociais, a partir dos seus meios materiais de subsistência e produção*" (CARADINI, 1979, p. 249). Nas palavras de Marilyn Palmer e Perter Neaverson, os elementos informativos que a investigação documental do patrimônio industrial podem proporcionar só poderão contribuir para uma explicação válida do processo de industrialização se simultaneamente existir uma problemática de caráter teórico, "*que inclua não apenas questões funcionais ou tecnológicas mas também aquelas relacionadas, por exemplo, com as relações sociais e o significado simbólico das estruturas. Se a arqueologia industrial pretende vir a ser aceite como uma componente credível da arqueologia, tem de adoptar uma postura mais teórica e tornar-se-á mais fecunda na actuação. Será não apenas responsável pelo registo das estruturas e artefactos do passado recente que vierem a ser encontradas, pela tentativa de as integrar num contexto económico e tecnológico, assim como por tentar explicar de que modo elas indicam a mudança ou a permanência no comportamento humano. Nesta perspectiva, pode proporcionar um claro contributo para uma compreensão do desenvolvimento da sociedade humana*"⁷

Industrial; o periódico da Associação Italiana pelo Patrimônio Arqueológico Industrial (Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale, fundada em 1997, ou a seu antecessor, o periódico da Associazione per l'Archeologia Industriale que, fundada em 1977, publicou seu Bollettino entre 1981 e 1993 (disponível online em <http://www.patrimoniointerale.it/strumenti/rivista.shtm>). Atualmente, os artigos do Boletim do TICCIH, diligentemente elaborado por James Douet, indicam os progressos na temática (<http://www.mnactec.com>). Abordagens teóricas consistentes podem ser encontradas também nos vários números da Revista *Monuments Historiques* (França) ou nos vários volumes da *Industrial Archaeology Review* (Reino Unido). A Revista Eletrônica do IPHAN dedicou seu número 4 ao tema do patrimônio industrial (Disponível em <http://www.iphan.gov.br>).

⁶ Um bom exemplo da excelente qualidade do trabalho de inventário do patrimônio industrial britânico pode apreciar-se no livro de Geoffrey D. Hay e Geoffrey P. Stell (1986).

⁷ Apud Cordeiro In: MENEGUELLO & RUBINO, (2004, p. 13).

Os países latino-americanos começaram a encarar seriamente a necessidade de preservação de seu patrimônio industrial apenas durante as últimas décadas, em especial devido à vasta destruição de fábricas, armazéns e outros símbolos do período industrial, além da dos símbolos dos séculos precedentes, como engenhos de açúcar e equipamentos relacionados à atividade mineradora. Se concordamos que a arqueologia industrial objetiva produzir conhecimento histórico sobre períodos passados assim como inventariar objetos, imagens e processos (COVINO, 1980), devemos considerar que ela inclui o repertório tecnológico e as relações entre os homens e seu ambiente, assim como o conhecimento compartilhado de processos industriais que se concretizam em relações sociais (CERDA e BONAFÉ, 1995). Como afirmou José Cordeiro, fábricas e minas não são apenas edifícios ou exemplos de ofícios e técnicas, mas locais de trabalho nos quais se estabelecem relações sociais de produção (CORDEIRO, 1987, p. 85-86).

No Brasil, os estudos em arqueologia industrial foram também pioneiros nos levantamentos e reflexões sobre o tema. No mesmo ano em que começava a ser veiculado o celebrado *Journal of Industrial Archaeology* na Inglaterra, no Brasil o órgão de preservação federal promovia o tombamento da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, São Paulo) e no livro de Tombo, justificava: “*remanescente de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para exploração e fabricação de ferro no Brasil*”.⁸ Havia se passado quase trinta anos desde o primeiro tombamento de exemplar de produção industrial, a Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, localizada nos arredores de Ouro Preto e fundada pelo barão de Eschwege em 1812, inscrita no livro do Tombo Histórico em 30 de junho de 1938, ou seja, ainda dentro do reconhecimento promovido pelos modernistas da imagem de patrimônio nacional associada às Minas Gerais e à riqueza proporcionada pela exploração do ouro; e da série de engenhos tombados na década de 1940, num momento de desagregação deste modo de exploração da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro.

O surgimento do IPHAN em 1936 trouxe, de um lado, a sedimentação de uma idéia de nação e de passado nacional, pelo estabelecimento de um órgão federal centralizado no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública e que podia legislar sobre todo o patrimônio nacional, a partir de um grupo de intelectuais como Lúcio Costa, Mário de Andrade, Luís Saia, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Gilberto Freire, entre outros, aglutinados ao redor de Gustavo Capanema, que esposavam uma visão moderna de

⁸ Citado por Claudia dos Reis e Cunha em sua dissertação de mestrado (2005, p. 132).

patrimônio - histórico e artístico. Neste processo de centralização dos símbolos nacionais após 1937, são diversos os fatores que podem explicar a eleição do passado histórico e artístico nacional como religioso, barroco, colonial, urbano e concentrado em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estes bens eram, nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, documentos de identidade da nação.

Nessa idéia de patrimônio como expressão do caráter nacional foram diversas as lacunas. Não havia lugar para o ecletismo, visto como uma profusão de estilos estrangeiros e também como marco de modernização da Primeira República. O barroco colonial, ao contrário, era aceito como a primeira manifestação cultural brasileira. Sem essa aura de origem muito foi apagado: não apenas o ecletismo como tudo o que se referia à contribuição do imigrante, à experiência da urbanização intensa e à nascente indústria e suas marcas no tecido urbano. A primeira cidade tombada, Ouro Preto, tornou-se nesse sentido uma espécie de mito fundador da preservação no Brasil, um *locus* para a construção do binômio colonial-modernista que caracterizou as práticas de patrimonialização pelo menos até o pós-guerra, como também uma prática discursiva, uma narrativa que ilustra a existência da nação (GONÇALVES, 1996, p. 33).

Exemplares industriais tombados em nível federal são ainda muito poucos e, também em nível estadual ou municipal, as práticas dos Conselhos de Preservação do Patrimônio ou dos órgãos de tombamento caminham lentamente no reconhecimento destes bens. Hoje, no país, estão inscritos no livro do Tombo os seguintes exemplares de patrimônio industrial (segundo o estado da federação e a data da inscrição no livro do Tombo): no Amazonas, o Reservatório de Mocó (1985), o Mercado Municipal (1987), o conjunto arquitetônico do Porto de Manaus (1987); na Bahia, o sobrado e a capela do Engenho Lagoa (1942), o sobrado e fábrica de açúcar do Engenho Matoim (1943), o sobrado do Engenho Embiara (1943), sobrado, capela e senzala do Engenho Vitória (1943), o sobrado, fábrica de açúcar e Capela de N.S.da Piedade do Engenho Freguesia (1944), casa e capela do Engenho São Miguel e Almas (também 1944); no Maranhão, as ruínas do Sítio do Físico (1981), o prédio da Fábrica Santa Amélia (1987) e a casa do Engenho Central São Pedro (1998); em Minas Gerais, as já mencionadas ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica (1938), o complexo ferroviário de São João del Rei (1989) e o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Cataguases (2003); no Pará, o conjunto arquitetônico do mercado Ver-o-Peso (1977); na Paraíba, a Fábrica de Vinho Tito Silva (1984); em Pernambuco, a casa grande e capela do Engenho Poço Comprido

(1962); no Paraná, o Engenho do Mate (1985); no Rio Grande do Norte as ruínas da capela do Engenho do Cunhau (1964); em Rondônia, a recente inscrição do pátio ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (2008). As regiões sul e sudeste acumulam um patrimônio industrial federal da industrialização mais recente. Santa Catarina tem tombada a ponte Hercílio Luz em Florianópolis (1998) e o Rio Grande do Sul o Cais do Porto em Porto Alegre (1983). Rio de Janeiro tem inscritos no livro do tombo o Jardim Botânico (1938), o trecho ferroviário Mauá-Fragoso (1954), o Palácio de Cristal (1967), o conjunto de habitação coletiva da avenida Modelo (1985), o hangar de zepelins da Base Aérea de Santa Cruz (1998); a Estação Dom Pedro II (Central do Brasil, 2008); São Paulo, além dos mencionados vestígios da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Iperó (1964), tem tombadas as ruínas do Engenho dos Erasmos em Santos (1963), o Casarão do Chá em Mogi das Cruzes (1985), a Estação da Luz (1996), a Estação Ferroviária de Mayrink, projeto de Victor Dubugras (2004), o Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (também 2004) e a Vila Ferroviária de Paranaíacaba, que recentemente concorreu à inscrição como patrimônio mundial (2008).⁹ A lista mostra a atitude parcial e incompleta perante os bens industriais, animada por ondas inconstantes de interesse por bens em específico (engenhos há algumas décadas, por exemplo), e não sustentadas em parâmetros claros.

Em termos dos órgãos de preservação estaduais ou mesmo municipais, a importância dos espaços do trabalho e da produção redefine-se; muitas vezes associados a afetividades locais, ou definidores dos aspectos urbanos de bairros ou mesmo cidades, os espaços fabris ou ferroviários são reconhecidos como partes da realidade urbana que não podem simplesmente ser obliterados.

O caminho para a valoração do patrimônio industrial não pode residir exclusivamente na atuação dos órgãos governamentais de preservação, mas na atuação da sociedade organizada. No mesmo ano em que foi firmada a Carta de Nizhny Tagil (alguns meses antes, no mês de março), um grupo de interessados, acadêmicos e não acadêmicos, havia se reunido em São Paulo, em uma sala da Escola de Sociologia e Política, para subscrever uma Carta Manifesto que estabelecia um “Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil”, iniciativa que desembocou na criação do Comitê Brasileiro para a Preservação do

⁹ Informações obtidas a partir do minucioso levantamento realizado por Eloisa Dezen-Kempter no arquivos do IPHAN, parte de sua pesquisa de doutorado, ainda inédita. O Engenho dos Erasmos, em Santos, estado de São Paulo, registrado em 1963, foi um dos únicos a ser restaurado e aberto a visitantes na década de 1960. Detalhes podem ser vistos em Andreatta (1999) assim como na dissertação de Fernanda Maria Felipe dos Anjos (2003).

Patrimônio Industrial, fundado no ano de 2004 durante um encontro na Universidade Estadual de Campinas.

O esforço não era novo nem inédito. Trabalhos como os de Ruy Gama sobre os engenhos, o artigo do historiador norte-americano Warren Dean ainda em 1976 sobre a fábrica São Luiz de Itu, o inventário fotográfico ainda inédito preparado por Philip Gunn e Telma Correia, os estudos sobre o cotidiano fabril de Edgar De Decca e de Maria Auxiliadora de Decca, as reflexões de Ulpiano Bezerra de Menezes e estudos como os de Odilon Nogueira de Matos e Bandeira Júnior, entre outros, vinham embasando uma metodologia e uma reflexão sobre o tema no Brasil. Assim como ocorrera com a experiência inglesa, os primeiros a perceberem a importância desse patrimônio foram aqueles envolvidos no estudo da história da tecnologia e do maquinário, ainda na década de 1960¹⁰. Progressivamente, contaram com a companhia de historiadores e arquitetos interessados nas práticas do trabalho industrial e nos vestígios arquitetônicos.

Em 1986, o primeiro encontro nacional no tema ocorreu organizado pela Companhia de Força Elétrica de São Paulo (Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo). Deste 1º Seminário Nacional de História e Energia participaram e palestraram conferencistas internacionais como Fabienne Cardot, José Manuel Lopes Cordeiro e Eddy Stols e Warren Dean, além de Ulpiano Bezerra de Menezes, Ruy Gama, Paul Singer e Carlos Lemos. Uma década mais tarde, o papel do legado da industrialização foi recuperado nas reuniões do Grupo de Estudos de História da Técnica – GEHT em Campinas (1997). Preocupados com a conservação dos bens culturais ligados aos ofícios, às profissões e às indústrias, este grupo lançou em janeiro de 1999 uma Declaração em defesa das construções e instalações utilitárias, rapidamente batizada de Carta de Campinas¹¹. Este documento proferia uma crítica tristemente atual aos critérios estéticos utilizados pelos Conselhos do Órgãos de Tombamento que levavam à desaparecimento sistemática dos bens industriais. Acusava-se – talvez injustamente, ao não observar a força devastadora dos imperativos econômicos – os Conselhos de Tombamento como os grandes responsáveis pelo sucateamento do patrimônio industrial. “*Os testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas,*

¹⁰ Este grupo, em princípio, dedicou-se à atividade de produção do período colonial. De acordo com Andrey Schlee, os primeiros trabalhos produzidos na década de 1980 foram influenciados pelos princípios da arqueologia industrial assim como pelos estudos do belga Eddy Stols, que participou de diversos encontros no Brasil e apoiou a catalogação do patrimônio industrial do estado de Santa Catarina.

¹¹ A Carta pode ser consultada, por exemplo, Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias (“Declaração de Campinas”), em seu sítio original datado de 1999 (<http://www.geocities.com/RainForest/9468/utilitar.htm> ou em <http://sos-monuments.upc.edu/brasil/carta.htm>)

moldes, modelos e protótipos, instalações agrícolas e industriais, oficinas e edificações pertinentes) desaparecem por serem preteridos pelos Conselhos de Tombamento”. As decisões de tombamento estariam muito mais alimentadas por critérios estéticos, que resultavam na conservação de edificações oficiais e particulares – determinadas pela riqueza de seus proprietários – negligenciando as construções utilitárias, por seu pequeno porte ou por aliarem “simplicidade e a funcionalidade ao despojamento decorativo”(cit.). A Carta de Campinas assim indicava que os testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas, instalações agrícolas e industriais, edificações, oficinas) e seus respectivos documentos deveriam obter dos Conselhos de Tombamento, arquivos, museus e bibliotecas atenção na mesma medida que bens culturais tais como, igrejas, solares ou fortalezas.

A dimensão política e histórica da preservação do patrimônio industrial caminha lado a lado com a formação de grupos organizados capazes de atuar em diferentes frentes em prol da preservação de bens e acervos. As associações são um aspecto da organização civil que não pode ser minorado, pois indica os diversos esforços, ao longo dos últimos anos, de organização da sociedade pelos seus bens de patrimônio industrial.

Para preservar (ou descartar) é necessário conhecer, o que só é possível pelo estudo sistemático. A memória dos trabalhadores tem sido uma das searas mais percorridas pela história social recente no Brasil. Os estudos sobre a organização do operariado urbano (e também dos trabalhadores rurais), as pesquisas apoiadas na diligente análise da documentação de tribunais, sindicatos, da imprensa operária e da prática da história oral originaram um número significativo e de grande qualidade de teses e dissertações sobre o tema nas últimas décadas, e permitiu vislumbrar mundos do trabalho dos ofícios praticamente extintos como seleiros, ferreiros e mascates; conhecer as rotinas das primeiras fiações, fábricas de porcelana, serralherias e azulejarias, portos, matadouros e curtumes, do mesmo modo que possibilitou os estudos sobre os modos de trabalho, moradia, lazer e organização da indústria do aço, química, automobilística, naval, têxtil entre tantas outras. Estas pesquisas monográficas possibilitaram conhecer a realidade da vida dos trabalhadores e de suas estratégias de organização em empresas específicas ¹². Como observou Leonardo Silva, “*um aspecto pouco*

¹² Para uma análise deste tema sugiro conferir as análises, com a diferença de pouco mais de uma década, de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. *Remate de Males* [Libertários & militantes. Arte, memória e cultura anarquista], número 5, 1985 e de Cláudio Henrique de Moraes Batalha. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Para uma bibliografia concisa e sólida, indico a apresentação do Projeto Temático Fapesp (06/57297-1) desenvolvido pelos pesquisadores do

considerado do patrimônio industrial é que ele é um campo de investigação vivo, e não passadista ou morto. Isso porque não se limita apenas a um conjunto de bens arquitetônicos ou sítios cheios de objetos e partes de objetos interessantes. (...). Nesse sentido, o patrimônio industrial permite a elucidação da transmissão de um saber técnico. Ele permite estabelecer, hoje, um elo entre as formas de produzir - o que envolve homens/mulheres e máquinas - e a cultura. (Mello e Silva, 2006: 01).

Podemos afirmar que estudar essa memória é estudar uma dimensão constitutiva, ainda que muitas vezes não associada diretamente, do patrimônio industrial. A dimensão das tradições e identidades compartilhadas nos campos das reivindicações, do lazer, da formação de grupos e associações considerando que as relações de trabalho extrapolam o campo do espaço de trabalho em si. Inversamente, os edifícios fabris, sem a compreensão dos usos que tiveram e das atividades ali desenvolvidas, são apenas invólucros.

O vastíssimo patrimônio industrial brasileiro, com seus engenhos, minas, portos, ferrovias, moradias operárias, barragens e represas, complexos industriais do século XIX e também os mais recentes (o que inclui um vasto patrimônio arquitetônico moderno das décadas de 1930, 1940 e 1950, hoje igualmente ameaçado) ainda é desconhecido, mal conhecido, ou desaparece a cada dia. O Brasil não possui um inventário nacional de seu patrimônio industrial e mesmo a documentação relativa à atividade da indústria encontra-se apenas parcialmente organizada. Há dezenas de acervos desestruturados, em péssimo estado de conservação ou sendo descartados, tanto no que se refere à memória ferroviária do país, quanto no caso de documentação relativa a certas indústrias e moinhos demolidos, ou a campos de atuação específica, como os monjolos no sul do país, as fiações têxteis na região sudeste e nordeste ou mesmo a indústria pesada mais recente. A documentação que se associa ao patrimônio industrial por vezes perde-se antes do desaparecimento dos vestígios físicos do bem, e perde-se por diversas razões: por se encontrar separada fisicamente dos objetos a que fazem referência. São documentos que foram encaminhados a diferentes acervos a parte de falências, concordatas ou demolição de imóveis; partes desmembradas e incorporadas em outros acervos; documentação pertencente a particulares ou cuja guarda foi estabelecida em cartórios. Torna-se fundamental fotografar, catalogar e avaliar esses remanescentes da atividade industrial, produzindo evidências para a futura conservação de todos esses

equipamentos e locais, frutos da atuação e do trabalho humano.

Ressalte-se que, ao mencionarmos os acervos, no caso do patrimônio industrial não estamos apenas lidando com documentação, papéis, *blueprints* ou fotografias. Todos os artefatos, maquinários, ferramentas, utensílios, peças de reposição que definem os usos da indústria padecem de duplo mal: de um lado, ao serem retirados dos locais de trabalho, tornam-se sucata – uma sucata sem lugar, sem armazenamento e sem utilidade possível num país que não possui tradição, por exemplo, em museus de técnica e tecnologia. De outro lado, privam os locais de trabalho de sentido e de lógica, deixando-os como imensos galpões vazios, prontos para serem “ressignificados” de forma geralmente apartada dos usos industriais.

Os acervos, sejam papéis, sejam ferramentas, têm importância inseparável dos objetos a que fazem referência. São vestígios que permitem compreender técnicas desaparecidas, processos de trabalho, usos e memórias associadas ao patrimônio industrial. São estes documentos e monumentos que dão sentido e permitem compreender os remanescentes industriais porventura existentes, permitindo inclusive informar e balizar eventuais processos de listagem. Tombamento e restauro. É urgente reconhecer a importância em se considerar a preservação dos patrimônios associados à ciência e a tecnologia, em suas diferentes manifestações.

Chegamos assim à dimensão concreta do patrimônio industrial. A arquitetura industrial é dotada de inteligência e técnica específicas, em busca da máxima eficiência da produção e dos fluxos internos, da menor perda de tempo nos deslocamentos dos produtos e dos operários, e caracterizada pela estandarização e velocidade de construção. Ao longo do século XIX, os edifícios industriais no Brasil seguiram os padrões existentes na Inglaterra e na Bélgica; estruturas inteiras são replicadas, quando não importadas de forma total, não por uma deficiência na “imaginação arquitetônica” nacional, mas pela própria natureza das construções industriais padronizadas. Plantas simplificadas de fábricas, publicadas em revistas ou panfletos, eram recriadas em território nacional dando origem a uma arquitetura anônima, dos contramestres ou dos formados em liceus de artes e ofícios.

Existe um vago consenso sobre a importância das fábricas e vilas operárias do século XIX, mas, independente disso, estas continuam a ser descaracterizadas. Como observou Beatriz Kuhl (2009), os casos nacionais sofrem a falta de critérios teóricos que embasem os restauros de arquitetura industrial. Persiste a dificuldade na preservação dos edifícios de

inspiração oitocentista, de ossatura metálica, sem pavimentos e envoltas por tijolos, que se tornam as grandes vítimas das reformas disfarçadas sob o nome de restauração. Tais edifícios industriais são transformados livremente, sua volumetria alterada, partes inteiras demolidas, o que só seria possível no caso de edifícios sem quaisquer qualidades intrínsecas, ou por não se possuir clareza sobre os motivos pelos quais são preservados os bens culturais ou sobre os critérios de como fazê-lo.

Como se vê, uma das disciplinas que mais tem feito avançar o debate é a arquitetura, que depara efetivamente com estes bens em sua realidade de atuação sobre a realidade urbana. Multiplicam-se os feitos pioneiros materialmente observáveis, desde o controverso e celebrado restauro da década de 1980 de Lina Bo Bardi para a fábrica de tambores Mauser & Cia (1938) transformando-a em SESC Pompéia, São Paulo, passando por casos também paulistanos de resultados discutível como a Estação da Luz e o Cotonifício Crespi (hoje um supermercado) e culminando no recente singelo restauro de um moinho como Museu do Pão (Ilópolis, RS, de M. Ferraz e F. Fanucchi)¹³.

Esta dimensão física do patrimônio industrial, como já apontara Ulpiano Bezerra de Menezes, integra a cultura material socialmente apropriada pelo homem e dá a ela forma, função e sentido. Dentro da cultura material, os artefatos permitem perceber as relações sociais e “*trazem embutidos em sua materialidade os atributos e propriedades decorrentes da forma como os homens se organizam em sociedade*” (MENEZES, 1988, p. 68). Por esta razão, os artefatos que constituem o patrimônio industrial englobam as edificações, as estruturas e os bens móveis e os sítios industriais de forma geral, sem os quais os conhecimentos e as técnicas encontram-se privados de sentido. As unidades industriais muito raramente podem ser entendidas como edifícios isolados; a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo interligado à várias outras estruturas e etapas da produção. Como observou Menezes, “o espaço resultante do fenômeno industrial [é] socialmente produzido enquanto um conjunto de objetos solidariamente interrelacionados” e espacialmente dependentes (idem:ibid.)

A preservação ou a ausência de preservação fazem parte de um mesmo processo seletivo; as escolhas justificadas de proteção de edifícios, com critérios informados, assim como o desinteresse ou a sobrevivência aleatória dos bens incidem sobre as cidades e a

¹³ Como o foco deste capítulo é o estabelecimento do patrimônio industrial como campo de debates e pesquisa, evitarei apresentar em detalhe as restaurações recentes no Brasil de edifícios industriais. Para os interessados, recomendo os artigos e recente livro (2009) da pesquisadora Beatriz Kuhl.

preservação de sua memória. Inventários sistemáticos e alicerçados na arquitetura, na história, na arqueologia e também nos interesses afetivos e imateriais que circundam os edifícios podem efetivamente permitir avaliar o valor e o papel que estes bens têm para as comunidades e para além das comunidades, e permitir ou não a sua permanência.

Referências

CARTA DE VENEZA – Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, maio de 1964. In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>

CARTA DE NIZHNY TAGIL sobre o patrimônio industrial, 17 de julho de 2003. Revista Óculum Ensaio, Puccamp, tradução de Cristina Meneguello. Alternativamente, pode ser encontrada na tradução do especialista português José Manuel Lopes Cordeiro em www.patrimonioidustrial.org.br

CARTA DE CAMPINAS - Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias, 29 de janeiro de 1998, In: <http://sos-monuments.upc.es/brasil/carta.htm>

ALFREY, Judith & PUTNAM, Tom (1992). The industrial heritage. Managing resources and uses. London: Routledge.

ANDREATTA, Margarida Davina (2003). “Arqueologia Histórica Industrial: um patrimônio em São Paulo”. In: Diário Oficial do Estado. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v.113, n.18, 25, janeiro, 2003. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Universidade de São Paulo.

ARACIL, Rafael (1982), “La investigación en arqueología industrial”, I Jornadas sobre Protección y Revalorización del Patrimonio Industrial. Bilbao: Gobierno Vasco.

CARANDINI, Andrea (1979), Archeologia e Cultura Materiale. Bari: De Donato.

CERDÀ, Manuel; BONAFÉ, Mario García (1995). “Arqueologia Industrial”. In: BERROCAL, Paloma (coord.). Enciclopèdia Valenciana de Arqueologia Industrial. Associació Valenciana d’Arqueologia Industrial. Valencia, Espanha: Edicions Alfons el Magnànim e Institució Valenciana d’estudis i investigació.

CORDEIRO, José Lopes (1987). “Algumas questões para a salvaguarda do Patrimônio Industrial”. In: Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. 1., 1987, São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1v.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes (1990) – "O inventário do património arqueológico-industrial", I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra, Guimarães, Lisboa/1986. Actas e Comunicações.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2000) – "A museologia industrial entre o desejo e a Lisboa: Museu da Água da EPAL / TICCIH–Portugal.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2004). "Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender" In: Meneguello, Cristina e Rubino, Silvana (orgs). I Encontro em Patrimônio Industrial, Campinas.
- COVINO, Renato (1980). "Archeologia Industriale in Italia: ambito disciplinare, termini cronologici". In: MORENO, Diego. Storia della cultura materiale. In: Quaderni Storici, s.l., n. 43, p.218-229, abril.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora (1987) A vida fora das fábricas. São Paulo: Paz e Terra.
- DEAN, Warren. (1976) "A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial". In: Anais de História, Assis. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VIII.
- FORNER MUÑOZ, Salvador (Coord.) (1989), "Arqueología industrial. Dossier", Canelobre, Alacant, 16.
- FORTUNA, Carlos (1997). "As cidades e as identidades – narrativas, patrimônios e memórias". Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 33, ano 12, fevereiro.
- GAMA, Ruy (1987). "Aspectos da arqueologia industrial no Brasil". In: Anais do 1º Seminário Nacional de História E Energia. 1., 1988, São Paulo. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 2v.
- GAMA, Ruy (org.) (1985). História da Técnica e da Tecnologia. São Paulo: Edusp.
- KÜHL, Beatriz Mugayar (2003). "Arquitetura Industrial em São Paulo". In: Diário Oficial do Estado. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v.113, n.18, 25, janeiro, 2003. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Universidade de São Paulo.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. (2004) "Questões Teóricas Relativas à Preservação de Edifícios Industriais". Desígnio Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP/Annablume, n. 1, março.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. (2006) Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, v. 4. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>.
- KÜHL, Beatriz Mugayar (2008). Preservação do Patrimônio Arquitetônico da

- Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro”. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- MELLO E SILVA, L. (2006). Patrimônio Industrial: Passado e Presente. Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, v. 4. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>.
- MENEGUELLO, Cristina e RUBINO, Silvana (orgs.) (2004). Anais do Primeiro Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas/Unicamp/Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial. CD-ROM
- MENEGUELLO & RUBINO (2005). Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista concedida a Maria Cristina Schicchi. Revista Óculum Ensaios, PUC-Campinas.
- MENEGUELLO, Cristina “Industrial heritage in Brazil -approaches and perspectives” (2006). In: XIII International Congress of The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), Terni- Itália XIII International Congress of The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH).
- MENEGUELLO, Cristina; VALENTIN, Fernanda et alii (2007). “Demolição de galpões industriais na Mooca”. Vitruvius, Minha Cidade, novembro (www.vitruvius.com.br).
- MENEGUELLO, Cristina (2008). Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- MENEGUELLO, Cristina. FONTES, Paulo e SILVA, Leonardo (2009). “Patrimônio industrial e especulação imobiliária: o caso da Lapa”. Vitruvius, Minha Cidade, junho (www.vitruvius.com.br)
- MENEGUELLO, Cristina; Vazios Urbanos., 06/2009, "Plural de Cidade: novos léxicos urbanos.", Capítulo, ed. 1, Almedina, pp. 12, pp.127-138, 2009
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de (1988). Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo, Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico,v.2.
- PALMER, Marylin (2008) “Approaches to industrial landscapes, methods and synthesis as seen from the UK” 2nd CIMUSET Conference, ICOM, Dinamarca. Anais de congresso.
- SOBRINO SIMAL, Julián (1996). Arquitectura Industrial en España, 1830-1990. Madrid, Espanha: Ediciones Cátedra S. A.